

Letramento Literário e Ensino de Literatura no Ensino Médio

Literary literacy and literature teaching in middle school

Maurício Silva

Professor do PPGE da Universidade Nove de Julho, Uninove.
maurisol@gmail.com

Márcia Moreira Pereira

Doutoranda pela Universidade Presbiteriana Mackenzie
marcia.moreirapereira@gmail.com

Resumo: Este artigo tem como objetivo expor algumas das principais teorias acerca do conceito de letramento na atualidade, discutindo em especial o conceito de letramento literário. Partindo da definição do termo *letramento* e de sua história, o artigo procura discutir seus possíveis usos práticos no processo de escolarização, entre outras coisas, na comparação com o conceito de *alfabetização*. Um de seus aspectos mais relevantes é a apresentação do letramento sob a perspectiva da multiplicidade de suportes discursivos.

Palavras-chave: Letramento. Alfabetização. Escolarização. Educação. Escrita. Letramento literário.

Abstract: The present article analyses some of the main theories about the concept of literacy today, discussing in particular the concept of literary literacy. From the definition of literacy and its history, the article discusses the practical uses in the school. Besides the present article analyses the literacy in the context of the discourse multiplicity.

Key words: Literacy. School. Education. Discourse. Literary literacy.

Introdução

O conceito de letramento tem, ultimamente, conquistado muita visibilidade, em razão das diversas possibilidades de aplicação *prática* no universo escolar, mas também de sua amplitude *teórica*. O que começou como uma teoria ainda incipiente, nos anos oitenta, agora tem cada vez mais importância e incidência no processo de escolarização. Partindo do pressuposto de que a escola deve, entre outras funções, formar cidadãos, o letramento está cada vez mais em evidência, uma vez que privilegia o uso social da leitura e da escrita.

Nesse contexto, a proposta deste artigo é refletir e apresentar algumas considerações preliminares e introdutórias acerca do letramento, em seus diversos aspectos práticos e teóricos.

O termo letramento originou-se do vocábulo *literacy*, palavra de origem inglesa que, segundo Magda Soares, foi adaptada ao português por meio de uma tradução diretamente do termo originário, denotando “o resultado da ação de ensinar ou de aprender a ler e escrever: o estado ou a condição que adquire um grupo social ou um indivíduo como consequência de ter-se apropriado da escrita” (SOARES, 2004, p.18). Inicialmente proposto pelo autor britânico Bryan Street, o tema do letramento passa a ser difundido no Brasil por volta dos anos oitenta, com a produção da linguista Mary Kato, entre outros pesquisadores. Desde então, tem sido pesquisado por estudiosos como Magda Soares, Ângela Kleiman, Leda Verdiani, Rojane Roxo e muitos outros.

O conceito de letramento surgiu devido à necessidade de uma palavra que nomeasse as práticas de leitura e escrita, de acordo com o contexto social em que vivia o cidadão. Ainda segundo Magda Soares,

o surgimento do termo *literacy* (cujo significado é o mesmo que *alfabetismo*), nessa época, representou, certamente, uma mudança histórica nas práticas sociais: novas demandas sociais pelo uso da leitura e da escrita exigiram uma nova palavra para designá-las. Ou seja: uma nova realidade social trouxe a necessidade de uma nova palavra (SOARES, 2003, p.29).

Um dos pressupostos do letramento é a questão da *leitura de mundo*, proposta, pioneiramente, pelo educador Paulo Freire, para quem ela seria funda-

mental na vida escolar do aluno, o que o vincula definitivamente ao conceito de letramento, já que, em sua teoria, Paulo Freire defendeu a alfabetização como meio de conscientização e de apropriação social da leitura e da escrita pelo alfabetizando. Nesse sentido, com o letramento, é possível que se tenha criado um novo termo para designar o que Freire já antecipava há quatro décadas. . .

Desse modo, pode-se inferir que o letramento é o uso social da leitura e da escrita, estado ou condição que assume o indivíduo alfabetizado: essa ideia pressupõe que o uso da escrita pode trazer ao indivíduo consequências tanto políticas quanto socioculturais, seja para o grupo social no qual ele está inserido, seja para ele próprio, “independentemente” do grupo a que se vincula.

Mortatti, em seu livro *Educação e letramento*, traça um breve histórico da educação do Brasil, mostrando, em cada época, sua necessária evolução. Segundo a autora,

no Brasil, certamente em decorrência das condições de sua colonização, de sua dimensão territorial e de sua estrutura predominantemente agrária, a preocupação com a educação e com ensino elementar tardou a ganhar vulto (MORTATTI, 2004, p. 33).

A autora afirma ainda que, apesar de certa resistência, houve mudanças substanciais no desenvolvimento da alfabetização e sua prática na escola. Está claro, para ela, que essas mudanças ocorreram de acordo com o desenvolvimento social, cultural, econômico e político da sociedade, moldando também a forma de alfabetizar o cidadão, já que, a certa altura, não era mais possível simplesmente alfabetizá-lo, sendo, portanto, necessário *letrá-lo*.

Hoje, por exemplo, é preciso saber fazer bom uso da leitura e da escrita de acordo com as contínuas mudanças e exigências sociais. Portanto, Mortatti mais uma vez reforça a necessidade do letramento, conceito que vai além da noção restrita de alfabetização. É claro que ocorreram mudanças significativas até hoje na educação e no meio que a envolve. Por isso, em se tratando de letramento, a autora reforça:

se ‘educação’ é uma palavra bastante utilizada e com significado relativamente conhecido, o mesmo não ocorre com ‘letramento’, de recente introdução em nossa língua e diretamente relacionada com

a visibilidade de novos fenômenos e com a constatação de novas formas de compreendê-los e explicá-los (MORTATTI, 2004, p. 35).

Ensino de Literatura no Ensino Médio

Como sugerimos anteriormente, o conceito de *letramento literário* vem se tornando cada vez mais conhecido no meio acadêmico e escolar, uma vez que indica a leitura/produção e a visão crítica dos conteúdos abordados na escola, bem como nas práticas sociais de leitura e escrita. Para Graça Paulino,

usamos hoje a expressão letramento literário para designar parte do letramento como um todo, fato social caracterizado por Magda Soares como inserção do sujeito no universo da escrita, através de práticas de recepção/produção dos diversos tipos de textos escritos que circulam em sociedades letradas como a nossa. Sendo um desses tipos de textos o literário, relacionado ao trabalho estético da língua, à proposta de pacto ficcional e à recepção não-pragmática, um cidadão literariamente letrado seria aquele que cultivasse e assumisse como parte de sua vida a leitura desses textos, preservando seu caráter estético, aceitando o pacto proposto e resgatando objetivos culturais em sentido mais amplo, e não objetivos funcionais ou imediatos para seu ato de ler (PAULINO, 2001, p. 117).

Portanto, podemos destacar na prática do letramento – como, de resto, já propunha o Método Paulo Freire de Alfabetização – a importância de se levar em consideração a leitura de mundo do aluno, na medida em que o discente possui conhecimentos aos quais agrega valores pertinentes aos conteúdos pedagógicos. Nesse sentido, o que se pretende é tornar a cultura do alunado como um processo relevante, promovendo a “troca cultural” na sala de aula, já que, de acordo com essa teoria, o educando não deve ser como um “depósito” no qual o docente despeja conteúdos estabelecidos, sem levar em consideração sua realidade (FREIRE, 1996).

Uma das maiores discrepâncias que se verificam nas aulas de literatura é, por exemplo, a pouca relevância dada à própria obra literária, que, em geral, é

apresentada aos alunos como algo “impossível” de se desvendar ou entender ou é ensinada como se o mais importante fosse decorar a cronologia das tendências estéticas e vida e obra dos autores. Assim, quando o texto literário é levado para aula, acaba servindo apenas como instrumento pedagógico para transmissão de conteúdos lingüísticos, e a leitura, muitas vezes, é vista como algo não prazeroso e regrado. Para Rildo Cosson, o letramento literário propõe uma visão voltada para o verdadeiro sentido da leitura e literatura, existindo, na cultura social e escolar, basicamente três pontos nevrálgicos que destituem o poder da literatura:

alguns acreditam que se trata de um saber desnecessário. Para esses a literatura é apenas um verniz burguês de um tempo passado, que já deveria ter sido abolido das escolas (...) outros tem a consciência de que desconhecem a disciplina, porém consideram o esforço para conhecer desproporcional aos seus benefícios. São os indiferentes, para quem ler é uma atividade de prazer, mas o único valor que conseguem atribuir à literatura é o reforço das habilidades lingüísticas (...) por fim, há aqueles que desejam muito estudar literatura, todavia, seja por falta de referências culturais ou pela maneira como a literatura lhes é tratada, ela se torna inacessível (COSSON, 2006, p. 10).

Portanto, podemos destacar que a literatura e a leitura literária só terão espaço na escola – e, conseqüentemente, na sociedade – quando se superarem certos desafios impostos pelo processo de supressão da literatura enquanto arte na própria escola. Uma das alternativas possíveis para elevar a verdadeira importância da literatura, começaria pela própria prática de leitura na sala de aula:

assim, para que o letramento literário seja de fato desenvolvido, a escola não deve limitar-se aos objetos lidos, mas também e, principalmente, à forma como a leitura está sendo provocada/incentivada no seu interior, sobretudo, pelos professores e realizada pelos alunos (RANKE, MAGALHÃES & FERREIRA, 2011, p. 32).

Podemos, por isso, elencar pelo menos dois aspectos importantes, implicados na relação entre o ensino de literatura e letramento literário. Em resumo,

o letramento literário se configura numa prática que poderá tanto despertar a sensibilidade do aluno para a literatura (*fruição estética*) quanto desenvolver sua competência crítica (*consciência ética*).

Assim sendo, para que o aluno possa se formar plenamente como cidadão crítico e consciente, é necessário – entre outras coisas – que a escola promova uma prática de leitura relacionada à realidade desse leitor, não entendendo esse processo como algo maçante e sem valor, mas como uma prática significativa e prazerosa. Muitas vezes, a escola, preocupada com metas burocráticas a serem cumpridas, não deixa espaço suficiente para a leitura autônoma por parte dos alunos, questão que deveria ser repensada e reformulada, pois se a escola considera a prática da leitura algo realmente importante deveria, no mínimo, ceder um espaço – em sua grade disciplinar, em seu currículo – para ela, e não exigir que seja feita nos intervalos entre aulas ou em “sobras” de tempo.

Refletindo sobre essa questão na Educação Básica, Alexandra Pinheiro afirma:

o debate acerca do letramento literário está atrelado à reflexão sobre a importância de se ensinar a literatura. A inserção dessa disciplina na grade curricular da Educação Básica deveria estar interligada à concepção pedagógica da instituição escolar e da prática docente daqueles interessados em assumir a tarefa de formar leitores literários (PINHEIRO, 2001, p. 301).

Em alguns documentos escolares já é possível encontrar o reconhecimento/valorização do letramento e sua prática, como nos próprios Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) e, posteriormente, nas Orientações Curriculares Nacionais (OCN), este último especialmente voltado à leitura no Ensino Médio. Segundo as OCN, é necessário incitar a prática e importância da leitura crítica e emancipadora por parte do aluno,

para cumprir com esses objetivos, entretanto, não se deve sobrecarregar o aluno com informações sobre épocas, estilos, características de escolas literárias, etc., como até hoje tem ocorrido (...) Trata-se, prioritariamente, de formar o leitor literário, melhor ainda, de ‘letrar’ literariamente o aluno, fazendo-o apropriar-se daquilo a

que tem direito (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO/SECRETARIA DE EDUCAÇÃO BÁSICA, 2006, p. 54).

Finalmente, partindo dos pressupostos pedagógicos expostos nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) e nas Orientações Curriculares Nacionais (OCN), uma ação político-educacional voltada para o letramento literário deve buscar também refletir acerca da atuação do educador no processo de formação do aluno, destacando o papel que as obras de literatura desempenham junto aos vários aspectos formativos (emotivo, psíquico, biológico, social etc.) da criança e do jovem.

Desenvolver a competência discursiva do aluno; criar condições de aprendizagem e de socialização a partir do contato direto com a literatura e seus diversos promotores; oferecer ao leitor uma gama variada de possibilidades de interação com os agentes institucionais de ensino; desenvolver a capacidade plena de comunicação escrita, estimulando o conhecimento de culturas variadas, a partir do contato com o mundo imaginário da literatura; valorizar a recente produção literária, resgatando a consciência integradora das manifestações interculturais; enfim, considerar a literatura como área articuladora de aspectos diversos do conhecimento, promovendo a interdisciplinaridade, são alguns dos propósitos que uma política de promoção da leitura consciente e socialmente responsável deve buscar atingir por meio do letramento literário.

Se um dos objetivos da escola é formar o aluno como cidadão crítico e autônomo, a leitura passa a ser um dos instrumentos que, sem dúvida, potencializa a concretização desse objetivo. Por isso é que abordamos, aqui, a importância do reconhecimento do letramento literário, já que o conceito não propõe exatamente um *método* de ensino de literatura, mas um novo olhar para leitura, um olhar por diversos prismas, um olhar cuidadoso e atencioso, por parte de todos, principalmente do corpo escolar. Afinal, como já afirmou Antonio Candido (2004), a literatura ensina a todos, com as forças e oposições que a compõem, permitindo assim contatos além do que a pedagogia impõe e aprisiona.

De fato, para a nova geração, é imprescindível *letrar*, já que novos tempos pedem novas práticas. Os letramentos sugerem nada mais que cada um se assuma como sujeito de sua própria história, na tentativa de um possível domínio pleno do(s) discurso(s). E o *letramento literário* pode ser um dos mais eficazes caminhos para isso.

Letramento & letramentos. . .

De acordo com uma primeira definição geral e como vimos sugerindo até aqui, o letramento pode ser entendido como o uso da leitura e da escrita em práticas diversas, como a obtenção de informações, a escrita e recepção de *e-mails* ou, simplesmente, a realização de qualquer tipo de leitura, sabendo interpretá-la e relacioná-la ao objetivo pretendido.

O que muitas vezes não nos damos conta – nem a escola! – é que, no dia a dia, estamos envolvidos direta ou indiretamente com muitas práticas sociais de leitura e escrita, em contextos diversos: como em casa, na escola, na igreja, no trabalho ou com os amigos. Muitas crianças e adolescentes fazem uso da escrita e da leitura no seu cotidiano, seja nos *sites* de relacionamento ou nos *blogs* de ue costumam participar, seja na leitura de revistas em quadrinhos etc. Ocorre que, muitas vezes, a escola ignora essa realidade vivida pelo aluno, apenas impondo-lhe a necessidade – quando não, a obrigatoriedade – de se tornar um leitor de textos que são, via de regra, automatizados pela própria escola, os quais, em geral, encontram-se fora da realidade do aluno. A prática de leitura e escrita na escola deve estar sempre relacionada à reflexão do contexto social do aluno, fazendo com que o estudante se posicione, autonomamente, diante dos desafios da realidade e possua uma visão crítica sobre o mundo. Para Magda Soares,

o letramento é, sem duvida alguma, pelo menos nas modernas sociedades industrializadas, um direito humano absoluto, independentemente das condições econômicas e sociais em que um dado grupo humano esteja inserido; dados sobre letramento representam, assim, o grau em que esse direito está distribuído entre a população e foi efetivamente alcançado por ela (SOARES, 2004, p. 120) .

É extremamente relevante ressaltar que há diferentes tipos de letramento, motivo pelo qual um indivíduo pode ser capaz de fazer uma lista de supermercado, escrever uma receita ou um bilhete, mas não ser capaz de escrever uma argumentação coerente, defendendo um tema ou fazendo uma crítica sobre determinado assunto.

Cumpré lembrar que *letrar* é mais que *alfabetizar*. . . é algo além de somente decodificar letras e signos, já que o letramento propõe que o leitor/escritor tenha

senso crítico e autonomia diante do mundo e de suas práticas sociais, sabendo sobretudo *interpretar* a realidade discursiva em que está inserido. Nesse caso, o aluno simplesmente alfabetizado decifra os códigos, enquanto o letrado entende seu significado, interpretando-o. Por isso, muitas vezes, o aluno apenas automatiza a leitura, sem tirar proveito dela.

Tal reflexão nos leva a inferir que, diante da realidade que se apresenta, é possível ser letrado e não ser alfabetizado. Um exemplo disso é o indivíduo que pode votar, mas não consegue ler e interpretar o que está escrito no seu título de eleitor, muito menos entender – por meio da leitura – as propostas de seu candidato. Outro exemplo comum é o do cidadão que preenche uma ficha de emprego: ele pode conseguir preencher toda ficha, mas quando é perguntado – por meio da escrita – o que exatamente busca com o cargo pretendido, não consegue se expressar e, muitas vezes, sequer passar para o papel suas ideias. Na prática de alfabetização na sala de aula, é comum o aluno se tornar um mero “decifrador” de códigos e signos linguísticos ou ainda um “copiador” de textos, fazendo com que a leitura e a escrita se tornem algo mecânico, automático e desprazeroso.

Cada indivíduo tem seu nível de letramento, uma vez que até mesmo uma criança de dois anos possui um conhecimento de mundo. A escola, portanto, deve se apropriar desse nível de letramento de cada aluno e elevá-lo, fazendo, assim, com que o aluno desenvolva sua capacidade de expressão e de inteligência do mundo. Podem-se pontuar algumas considerações acerca de como lidar com o texto escrito – como sugerem, por exemplo, algumas diretrizes propostas pelo Departamento de Educação do Governo Australiano, para quem, do aluno em contato com o texto, espera-se que: a) examine o sentido que não está explícito na superfície do texto; b) considere o propósito do texto e as intenções do autor; c) compreenda que os textos não são neutros, pois eles representam visões particulares, silenciam outros pontos de vista e influenciam as pessoas; d) questione e desafie as maneiras como os textos são construídos; e) analise o poder da linguagem na sociedade, bem como as relações de poder que a linguagem oculta (DEPARTAMENT OF EDUCATION, 2011).

Ainda na questão das diferenças entre letrado e alfabetizado, Magda Soares, uma das precursoras do estudo do letramento no Brasil, reforça a distinção que há entre ambos, já que, para ela, os dois termos são essencialmente diversos:

uma última inferência que se pode tirar do conceito de letramento é que o indivíduo pode não saber ler e escrever, isto é, ser analfabeto,

mas ser, de certa forma, letrado (atribuindo a este adjetivo sentindo vinculado a letramento). Assim, um adulto pode ser analfabeto, porque marginalizado social e economicamente, mas, se vive em um meio em que a leitura e a escrita têm presença forte, e se interessa em ouvir a leitura de jornais feita por um alfabetizado, se recebe cartas que os outros leem para ele, se dita cartas para que um alfabetizado as escreva (e é significativo que, em geral, dita usando vocabulário e estruturas próprios da língua escrita), se pede a alguém que lhe leia avisos ou indicações afixados em algum lugar, esse analfabeto é, de certa forma, letrado, porque faz uso da escrita, envolve-se em práticas sociais de leitura e de escrita (SOARES, 2004, p. 24).

Visto sob uma perspectiva contrária, isso quer dizer, também, que um indivíduo alfabetizado não é necessariamente um indivíduo letrado: o cidadão alfabetizado sabe ler e escrever, enquanto que o cidadão letrado não somente sabe ler e escrever, mas é ainda aquele que faz um uso distinto da leitura e escrita, correspondendo adequadamente às demandas sociais dessa leitura e escrita. Portanto, da mesma forma que se pode ter um analfabeto letrado, é possível existir um alfabetizado iletrado. . .

Para MORTATTI (2004), a alfabetização não é pré-requisito para o letramento, mas ambos estão relacionados com as práticas de leitura e escrita: o letramento envolve seu uso social, não se distanciando da prática educativa e de escolarização, mas ocorre em situações diversas dentro ou fora do universo escolar. Segundo Leda Tfouni,

apesar de estarem indissolúvelmente e inevitavelmente ligados entre si, escrita, alfabetização e letramento nem sempre têm sido enfocados como um conjunto pelos estudiosos. Diria, inicialmente, que a relação entre eles é aquela do produto e do processo: enquanto que os sistemas de escritura são um produto cultural, alfabetização e o letramento são processos de aquisição de um sistema escrito (TFOUNI, 1988, p. 9).

Além disso, a autora lembra que a alfabetização é algo individual, estando ligado à educação formal e à escolarização, enquanto que o letramento é voltado

para os aspectos sociais e históricos da aquisição da escrita. Segundo ela, o letramento centraliza-se no *social* de maneira ampla, desligando-se do *individual*.

Há que se destacar ainda, sobre esse assunto, o fato de ser possível falar não em letramento, num sentido absoluto do termo, mas em letramentos, no plural, como a indicar os vários desdobramentos que a primeira noção, aqui explicitada, pode adquirir. Rildo Cosson (2006), por exemplo, pesquisou, em especial, o chamado *letramento literário*, particularmente voltado ao ensino da literatura em sala de aula. Em seu livro sobre o assunto, o autor propõe um trabalho que leve o aluno a se tornar letrado, apropriando-se da leitura de literatura na sala de aula. Assim, segundo Cosson,

ser leitor de literatura na escola é mais do que fruir um livro de ficção ou se deliciar com as palavras exatas da poesia. É também posicionar-se diante da obra literária, identificando e questionando protocolos de leitura, afirmando ou retificando valores culturais, elaborando e expandindo sentidos. Esse aprendizado crítico da leitura literária [...] não se faz sem o encontro pessoal com o texto enquanto princípio de toda experiência estética (COSSON, 2006, p. 120).

Não sem razão, uma das maiores discussões em torno desse tema é como ele se dá, em especial, na escola, já que convém lembrar que os textos que estão presentes no cotidiano do aluno também estão na escola. Baseadas nessa questão, as autoras Ana Lúcia Souza, Ana Paula Corti e Márcia Mendonça, no livro *Letramentos no ensino médio*, relatam o exemplo de um estudante que diz não gostar de ler, não fazer uso de leituras e escrita, mas que escreve letras de músicas e poesias, além de ficar grande parte de seu tempo do computador, justamente lendo. Muitas vezes, a escola acha que a leitura está só nos textos que são abordados na sala de aula, mas, no dia a dia, o aluno pratica a leitura e escrita de acordo com sua realidade, adquirindo familiaridade com práticas de letramento variadas e que têm significado distinto na constituição de sua identidade como cidadãos (SOUZA, CORTI & MENDOÇA, 2009)

Outra pesquisa que tem buscado desenvolver os aspectos diversos do letramento é aquela realizada por Roxane Rojo, que propõe o sugestivo termo *multiletramento*, cujo sentido remete à capacidade que tem o indivíduo de dominar a leitura e a escrita relacionadas às mídias contemporâneas. Os alunos

de hoje, portanto, estariam habituados a lidar com as novas mídias, em especial com os computadores, para a realização de diversas tarefas, desde a produção de um trabalho escolar até uma conversa com amigos nas redes sociais; assim, esse aluno, por meio dessas atitudes, já estaria em contato direto com as práticas de leitura e escrita, o que não pode ser ignorado pela escola. (ROJO, 2009)

Diante da realidade descrita, faz sentido a proposta de Francisco Júnior, ao defender uma nova prática de letramento, voltada para a capacidade humana de realizar uma leitura diária e crítica do mundo — do mundo interior para o mundo exterior —, e assim compor novos mundos intermediados pelo uso de diversas linguagens e sentidos, tendo como vetor principal

um conceito de apropriação e uso social para a leitura-escrita (letramentos) que transcende o mero entendimento de alfabetização funcional e concebe a educação como um processo (amplo e dinâmico para a construção do conhecimento, pelo resgate e valorização das múltiplas experiências do sujeito para significar seus mundos e cultura). (JUNIOR, 2009, p. 42).

O autor acredita, portanto, que a prática de leitura e escrita de forma positiva e crítica deve partir do interior do indivíduo e, assim, ser exteriorizado, exercitando a leitura e escrita de forma autônoma e voluntária. Cavalcante, na sua teoria, baseia-se na prática do educador Paulo Freire, que, como vimos no início deste ensaio, se negava a diferenciar a alfabetização da conscientização.

Considerações Finais

Uma nova geração de professores precisa, efetivamente, de novas ferramentas para a prática do ensino de leitura e escrita, o que influencia na formação de ambos (professores e alunos). Há um grave conflito entre a escola pública e a juventude, na medida em que a escola precisa rejuvenescer, o que nem sempre ocorre: hoje em dia, verifica-se que os alunos vão à escola também pela sociabilidade e não só pela aprendizagem. Talvez se a escola se adequasse ao mundo do aluno, ele se interessaria mais pelos conteúdos curriculares.

Estão surgindo, com a internet, novos gêneros discursivos, como, por exemplo, o *twitter*, modelo de escrita que exige que a mensagem seja formulada com apenas 140 caracteres, o que leva o *internauta* a desenvolver sua criatividade e adotar outras práticas de escrita. . . A nova geração está inserida nesse meio, importantíssima questão para o ensino atual. Quando se tem um texto digital, é possível interagir, intervir nele, e os alunos poderão se tornar leitores e escritores por meio dessas ferramentas. É, como vimos, o que Roxo (2009) chama de *multi-letramento*, voltado para o texto contemporâneo, que supõe outras formas de leitura e escrita (por exemplo, o *hipertexto*).

Cada vez mais, ensinar torna-se desafio para o professor – o docente deve se aproximar da realidade atual e não ficar preso a antigas fórmulas. O maior problema no Brasil é a questão da diferença social, que se reflete na escola. Mudanças no ambiente escolar precisam acontecer urgentemente, a ponto de causar impacto nas pessoas: o que falta na escola é se conscientizar de que se faz necessário trabalhar o aluno de acordo com seu mundo, seu contexto social e as novas práticas de leitura e escrita.

Já que a escola tem o propósito de formar cidadãos, na prática escolar não deve ser ignorado o universo no qual este aluno se insere:

a main point being that communicative events take place in spaces charged with social and cultural meanings. Speakers or reader/writers bring their world view, language practices, history, and experience with the other participants to a given situation. (KALMAN, 2008, p. 25).

De fato, na e para a nova geração é imprescindível *letrar*, já que novos tempos pedem novas práticas. O letramento sugere nada mais que cada um se assuma como sujeito de sua própria história, e o domínio pleno do(s) discurso(s) pode ser o primeiro e, talvez, mais eficaz caminho para isso.

Referências

- CANDIDO, Antonio. *Vários Escritos*. Rio de Janeiro, Duas cidades, 2004.
COSSON, Rildo. *Letramento Literário*. São Paulo, Contexto, 2006.

DEPARTAMENT OF EDUCATION. AUSTRALIAN CURRICULUM. <http://www.education.tas.gov.au/curriculum/standards/english/english/teachers/critlit#whatis> (pesquisado em 01/08/2011)

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da Autonomia*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1996.

JUNIOR, Francisco Silva Cavalcante. *Letramentos para um mundo melhor*. Alínea, Campinas, 2009.

KALMAN, Judy. "Beyond definition: central concepts for understanding literacy". *International Review of Education*, V. 54, No. 5-6: 523-538, Nov. 2008.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO/SECRETARIA DE EDUCAÇÃO BÁSICA. *Orientações Curriculares Nacionais para o Ensino Médio: Linguagens, Códigos e suas Tecnologias*. Brasília, MEC, 2006. (http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/book_volume_01_internet.pdf)

MORAES, Mariléia Gollo. "Alfabetização - Leitura do Mundo, Leitura da Palavra - e Letramento: Algumas Aproximações". *Revista de Ciências Humanas*, Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões, Ano 7, No. 7: 1-11, 2005 (http://www.sicoda.fw.uri.br/revistas/artigos/1_3_26.pdf)

MORTATTI, Maria do Rosário Longo. *Educação e Letramento*, São Paulo: UNESP, 2004.

PAULINO, Graça. "Letramento literário: por vielas e alamedas". *Revista FACED*, Faculdade de Educação da Universidade Federal da Bahia, Salvador, No. 05: 110-121, 2001.

PINHEIRO, Alexandra. "Letramento literário: da escola para o social e do social para a escola". In: GONÇALVES, Adair Vieira; PINHEIRO, Alexandra Santos (orgs.). *Nas trilhas do letramento*. Dourados, Mercado das Letras, 2011, p. 281-297.

RANKE, Maria da Conceição Jesus; MAGALHÃES, Hilda Gomes Dutra; SILVA, Luiza Helena Oliveira; FERREIRA, Gislene Pires de Camargos. "Letramento Literário: falem meninos e meninas, nós queremos ouvi-los sobre a leitura de textos literários no ensino médio". *Revista Querubim*, Universidade Federal Fluminense, Ano 07, Vol. 02, No. 15: 30-37, 2011.

ROJO, Roxane. *Letramentos múltiplos. A Escola e a Inclusão Social*. São Paulo, Parábola, 2009.

SOARES, Magda. *Alfabetização e Letramento*. São Paulo: Contexto, 2003.

SOARES, Magda. *Letramento um tema em três gêneros*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

SOUZA, Ana Lúcia Silva; CORTI, Ana Paula; MENDOÇA, Márcia. *Letramentos no ensino médio*, São Paulo, Ação educativa, 2009.

TFOUNI, Leda Verdiani. *Adultos não alfabetizados: o avesso do avesso*, Campinas, Pontes. 1988.

recebido em 3 maio 2017 / aprovado em 28 jun. 2017

Para referenciar este texto:

SILVA, M.; PEREIRA, M. M. Letramento Literário e Ensino de Literatura no Ensino Médio. *Dialogia*, São Paulo, n. 26, p. 37-52, maio/ago. 2017.